

Social

CASAS DE ACOLHIMENTO CONFORTAM E APOIAM PACIENTES DO SUS EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO

Portas abertas

As histórias de vida de Dora Martins Botelho, 75 anos, e Dora da Silva Cassiano, 84, se cruzam em muitos pontos além do primeiro nome em comum. Pacientes de câncer e moradoras de pequenas cidades no interior de Minas Gerais, sem atendimento oncológico pelo Sistema Único de Saúde (SUS), elas encontraram abrigo numa casa de acolhimento de Uberlândia, município para onde foram encaminhadas a fim de iniciar o tratamento. “As funcionárias são educadas e a casa oferece conforto e higiene. Sem ela, eu não teria condições de me tratar, pois não poderia pagar um hotel”, admite Dora Martins, que mora em Paracatu, a 319 quilômetros (cerca de quatro horas e meia de carro) de Uberlândia, e se trata de um câncer na mama direita. “As casas de acolhimento são importantes. Aqui encontramos paz, carinho e apoio”, endossa Ana Paula Cassiano, neta de Dora da Silva, portadora de câncer de esôfago e

moradora de Ituiutaba, distante quase duas horas de Uberlândia.

Dora Martins e Dora da Silva precisaram passar por sessões de radioterapia no Hospital do Câncer de Uberlândia, centro de referência em oncologia no interior de Minas Gerais. Durante o tratamento, para não precisarem ir e voltar todos os dias de suas cidades, ficaram na Casa de Hospedagem Betesda, organização não governamental que, assim como muitas outras no Brasil, acolhe pacientes em Tratamento Fora de Domicílio (TFD), benefício a que usuários do SUS têm direito [*leia mais no fim da matéria*].

A Betesda recebe mulheres e crianças de até 12 anos em atendimento oncológico. Com 52 leitos e capacidade para receber 60 pacientes ao dia, a ONG foi fundada pela médica Vânia Olivetti Steffen Abdallah, sensibilizada com as pessoas em tratamento que dormiam em frente ao Hospital das Clínicas e ao Hospital do Câncer de Uberlândia.

Voluntários e funcionários – cerca de 50 pessoas – trabalham na instituição, que é mantida pela Igreja Presbiteriana Central de Uberlândia, por

convênios com a prefeitura e doações da comunidade. O paciente acolhido recebe roupa de cama e toalhas e faz todas as refeições do dia na casa. Também participa de oficinas de trabalhos artesanais e de palestras e dinâmicas sobre saúde, além de contar com apoio psicológico e serviço social. Nos últimos 21 anos, passaram pela Betesda – nome que em hebraico significa “casa de misericórdia” – cerca de 23.700 pacientes.

MÃO AMIGA

Experiências semelhantes às de Dora Martins e Dora da Silva também recheiam histórias de outras casas de acolhimento, como o Grupo de Apoio ao Centro Especializado em Oncologia da Beneficência Portuguesa (Gaceon), em Ribeirão Preto (SP). Lá, o cozinheiro José Eurípedes Pereira, 63, encontrou o alento de que precisava. Em 2006, ele foi diagnosticado com uma neoplasia intestinal e, quatro anos depois, surgiu outro câncer no cólon. Para prosseguir com o tratamento, ele buscou o apoio do Gaceon. “Gosto demais do atendimento que o grupo oferece. São pessoas acolhedoras. O mundo precisa de mais lugares assim”, reflete.

Criado em 1995 e mantido pelo trabalho voluntário de 45 senhoras, o Gaceon atende pessoas que se tratam no Hospital das Clínicas e no Centro Especializado em Oncologia integrado à Beneficência Portuguesa, além de outras unidades hospitalares públicas ou privadas. De acordo com a presidente da instituição, Marilda Aparecida Lusvarghi Guimarães, o Gaceon não tem cunho assistencialista e atende pessoas das classes C, B e até A. “O objetivo é garantir ao portador de neoplasia o direito assegurado em lei, dando-lhe abrigo temporário, alimentação balanceada e conforto durante o tratamento”, explica. Antes do Gaceon, acrescenta Marilda, pacientes em TFD que



Dora Martins (abaixo, sentada) foi acolhida na Betesda (MG). No interior paulista, uma opção é o Gaceon



Fotos de divulgação



Café da manhã na catarinense Colibri (E) e socialização na São Vicente de Paulo, no Rio (acima)

conseguiam ambulâncias ou micro-ônibus para levá-los às suas casas aguardavam por várias horas a chegada do transporte.

O grupo, que já atendeu 80 mil pacientes e 60 mil acompanhantes, obtém recursos em eventos beneficentes e a partir de doações de pessoas físicas e jurídicas. No local, podem ser atendidos diariamente em torno de 30 pacientes e 25 acompanhantes, que recebem do café da manhã ao jantar, pelo tempo que durar o tratamento. A ideia é proporcionar um espaço em que o paciente possa se recuperar dos efeitos colaterais das medicações, com voluntárias que oferecem solidariedade nos momentos difíceis.

TECENDO SOLIDARIEDADE

As casas de acolhimento são instituições em que se observa a capacidade de mobilização das pessoas e a sensibilização com o sofrimento do próximo. Em 2003, a união de mães que perderam seus filhos com câncer fez surgir, em Lages (SC), a Casa de Apoio Colibri, com hospedagem completa (dormitório, alimentação e serviços de lavanderia) para pacientes e acompanhantes. Por meio de transporte próprio, fruto de doação, os pacientes podem ser levados ao Hospital Tereza Ramos, à Radioterapia São Sebastião ou à Animi – Unidade de

“As casas de acolhimento são importantes. Aqui encontramos paz, carinho e apoio”

ANA PAULA CASSIANO, neta de Dora da Silva, paciente acolhida na Casa de Hospedagem Betesda, em Uberlândia (MG)

Tratamento Oncológico. A casa só recebe pacientes da Associação dos Municípios da Rede Serrana (Amures) ou do Vale do Itajaí.

A presidente Neusa Maria Lopes de Oliveira conta que 80% da Colibri são mantidos por trabalhos voluntários, sobretudo com a venda de artesanato do projeto “Fio a Fio na Filantropia”. Os 20% restantes vêm de doações da comunidade e umas poucas subvenções sociais. “A gratificação em acolher essas pessoas com todo o conforto, como se fosse a sua própria casa, fazendo com que reconquistem a dignidade humana, é o maior retorno que os colaboradores da casa têm”, afirma. A equipe é composta por 30 voluntários, inclusive a diretoria, e os únicos contratados são uma cozinheira, um auxiliar administrativo e um encarregado de serviços gerais.

TFD: A ORIGEM DO RECURSO

Uma portaria de 1999 do Ministério da Saúde ressalva que, esgotados os meios de tratamento no local em que o paciente reside, deve ser custeado o seu deslocamento para outro município ou estado no qual possa obter atendimento pelo SUS. O chamado Tratamento Fora de Domicílio (TFD) garante a cobertura dos serviços assistenciais em ambulatórios ou hospitais de média e alta complexidade aos pacientes do SUS, pagando suas despesas com transporte e hospedagem, bem como de seu acompanhante.

Em 2015, a verba liberada pelo Ministério da Saúde para o TFD foi de R\$ 294,7 milhões, distribuídos de acordo com a demanda de cada município. A forma como o TFD será utilizado é uma discussão entre as secretarias estaduais e municipais de Saúde.

Em alguns estados, como o Pará, cada município fica responsável pela sua verba de TFD. De acordo com o

presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Pará, Charles Cezar Tocantins de Souza, essa decisão tem criado problemas no repasse do benefício para os pacientes e seus acompanhantes. Pela vasta extensão territorial do estado (o segundo maior do País) e concentração dos serviços oncológicos em duas cidades - Belém e Santarém - o TFD no Pará é muito caro e requer a utilização também de recursos dos próprios municípios. Os deslocamentos são longos e, na maioria das vezes, devem ser feitos de avião, tendo ainda o custo de hospedagem.

O paciente com laudo médico específico para TFD e seu acompanhante são direcionados pela Secretaria Municipal de Saúde para avaliação oncológica em uma das duas unidades de referência, com passagens e estadias garantidas pelo município de residência. Durante o tempo em que estiver fora do domicílio, ele será beneficiado pelo TFD. Em algumas situações, como no caso de paciente que precisa de diálise, e passa a morar na

Ao longo da década passada, o aumento dos casos de câncer e a ampliação da oferta de radioterapia em Lages motivaram a conquista da sede própria da Colibri, concretizada em 2009. Atualmente o espaço, com dois andares, dispõe de 31 leitos, todos ocupados, e já existe fila de espera. A direção se prepara para construir um terceiro piso. Cerca de 20 pacientes que vão à cidade para algum procedimento médico, os chamados “em trânsito”, também utilizam a infraestrutura da Colibri, enquanto aguardam retorno ao município de origem. O trabalho desenvolvido pela casa, que atende de 2 mil a 4 mil pessoas por ano, é divulgado pelas equipes dos hospitais.

A mobilização também pode surgir de uma única pessoa. Foi o caso da pedagoga Maria Leonor Gitirana, do Rio de Janeiro, que, após acompanhar de perto as dificuldades e os sofrimentos de um parente com câncer, decidiu, auxiliada por amigos e familiares, fundar a organização não governamental São Vicente de Paulo, há 16 anos. A instituição acolhe crianças e adolescentes com câncer e doenças do sangue e seus acompanhantes. Os pacientes são encaminhados por hospitais especializados ou serviços sociais – basta apresentar o diagnóstico e a documentação do acompanhante.

Filiada à Associação de Assistência à Criança São Vicente de Paulo, a ONG oferece 30 leitos de

hospedagem, alimentação, medicação, atendimento social e pedagógico e atividades culturais. Os pacientes mais carentes são transportados de carro até o local do tratamento e recebem cestas básicas. A casa é mantida por campanhas e projetos e conta com o trabalho de voluntários e de profissionais como educadores, pedagogos, auxiliares administrativos, coordenadores, motoristas e cozinheiros. Hoje, responde por 4.250 atendimentos a pacientes de bairros distantes do Rio de Janeiro e de outros municípios ou estados. ■

“A gratificação em acolher essas pessoas com todo o conforto, como se fosse a sua própria casa, fazendo com que reconquistem a dignidade humana, é o maior retorno que os colaboradores da casa têm”

NEUSA MARIA LOPES DE OLIVEIRA, presidente da Casa de Apoio Colibri, em Lages (SC)

cidade onde faz o tratamento, o benefício continua sendo pago pelo município de origem. Segundo Tocantins de Souza, o maior número de ações judiciais contra o SUS no Pará é de processos de Tratamento Fora de Domicílio.

No Pará, os transportes aéreo, fluvial e terrestre, assim como a alimentação e a hospedagem, são cobertos pelo TFD. Há regiões com casas de apoio custeadas pelo próprio município, onde o paciente pode encontrar estadia e alimentação. Caso não exista, uma licitação definirá a casa de acolhimento que vai receber o recurso do TFD.

Mesmo municípios que dispõem de hospital oncológico habilitado pelo SUS podem precisar enviar pacientes para tratamentos mais especializados. Bauru (SP) adotou, em 2003, o Programa de Tratamento Fora de Domicílio. Com isso, exames médicos, transporte e ajuda de custo para alimentação e pernoites estão garantidos para o paciente e seu acompanhante.

A necessidade de hospedagem é comprovada pelos hospitais de destino, por meio de documento enviado à Secretaria de Saúde da cidade de origem. A ajuda de custo chega ao paciente por depósito bancário semanal. A cada seis meses, uma perícia avalia a necessidade ou não de permanência do TFD. Ao retornar a Bauru, o paciente tem que apresentar os comprovantes de comparecimento ao centro de tratamento, bilhetes rodoviários e relatórios médicos.

Em Toledo (PR), a cada dia, cerca de 30 pacientes fazem tratamento oncológico em hospitais de referência em Cascavel e, alguns poucos, em Curitiba e Campo Largo. Eles são transportados de ônibus em dois turnos: manhã e tarde. Todos têm direito à hospedagem na casa de apoio conveniada ao Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná (Ciscopar). O Fundo Municipal de Saúde repassa a verba para o Ciscopar, que se encarrega de pagar a casa de acolhimento.